

DIIESE

Subseção Federação dos Trabalhadores da
Saúde do Estado de São Paulo

Boletim Mensal – Ano III – Nº 18

MARÇO DE 2013

TRABALHO NA SAÚDE

Estado de São Paulo



DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



APRESENTAÇÃO

O boletim TRABALHO NA SAÚDE é uma publicação mensal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo que pretende apresentar aos dirigentes sindicais, da área de serviços de saúde privada e filantrópica, informações relevantes sobre o comportamento do mercado de trabalho, com carteira assinada, do setor.

Os dados são coletados junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, CAGED, do Ministério do Trabalho *sem considerar os ajustes de declarações fora do prazo*, permitindo, assim, comparações com períodos anteriores. As informações monetárias são sempre apresentadas em valores reais, corrigidos pela variação do INPC-IBGE.

Além da análise da movimentação do emprego, também são apresentadas informações de interesse da categoria, como o cálculo das perdas salariais em decorrência da inflação e a atualização monetária dos pisos da enfermagem propostos pelo PL nº 4.924/2009. Por fim, são disponibilizados diversos indicadores econômico-financeiros úteis à ação sindical.

Boa leitura!

DESTAQUES

- ✓ **Com inflação subindo, governo precisa aumentar juros?** (pág. 3)
- ✓ **Em janeiro, saúde privada de São Paulo abre 740 novos empregos. Desempenho da capital supera a média do estado** (pág. 4)
- ✓ **Número de novas contratações na saúde privada segue caindo. Saldo de emprego de janeiro é o pior desde o início da série em 2007** (pág. 6)
- ✓ **Remuneração média dos admitidos na saúde privada fica em R\$ 1.506,88, em janeiro. Massa salarial encolhe R\$ 861,8 mil** (pág. 9)
- ✓ **Em janeiro, “Receptionistas” foi a ocupação com maior participação no saldo de emprego. Apenas seis ocupações respondem por 97,3% das novas vagas** (pág. 11)
- ✓ **Piso salarial do Técnico de Enfermagem já seria de R\$ 2.917,41 segundo PL nº 4.924/2009** (pág. 12)
- ✓ **Categorias com data-base em 1º de março precisam de reajuste 6,77% para repor as perdas com a Inflação** (pág. 13)

Com inflação subindo, governo precisa aumentar juros?

O aumento da inflação no primeiro bimestre de 2013 (1,44%) está deixando alguns formadores de opinião de “cabelo em pé”. Com o resultado, a inflação de 12 meses ficou em 6,77% e tem se espalhado a ideia de que seria necessário elevar os juros básicos (SELIC) a fim de evitar que o “dragão” acorde de vez. O problema, é que a solução de “juros altos” não se encaixa no fenômeno inflacionário atual.

A atual pressão de preços, ao que tudo indica, está relacionada à queda na produção de gêneros agrícolas de alto consumo, causada por sérios problemas, como a seca no Nordeste – a maior já registrada no período recente – e catástrofes climáticas no Sul do país. Prova disso, é que, em 2012, o comportamento dos preços acompanhado pelo IBGE revela aumento de 9,86% no grupo Alimentação e Bebidas frente a 7,86% em 2011. No mesmo ano, a inflação geral pelo IPCA ficou em 5,84% – pouco mais da metade. Outra evidência é que, em apenas dois meses, os preços dos alimentos básicos na capital paulista já aumentaram 7,11% em 2013, passando de 18% em capitais como Natal e Salvador.

Num contexto que combina elevação dos preços dos alimentos, continuidade da geração de empregos com crescimento da massa salarial e baixo desempenho econômico¹ é normal que se verifique uma pressão de preços. Isso ocorre, porquanto a elevação da renda dos trabalhadores faz com que a demanda por consumo cresça, mas o mercado não oferta mercadorias suficientes para satisfazer esta procura. Trata-se, pois, de uma inflação de “falta de oferta” e não de “excesso de demanda”, sendo que, apenas no segundo caso aumentar juros poderia resolver algo.

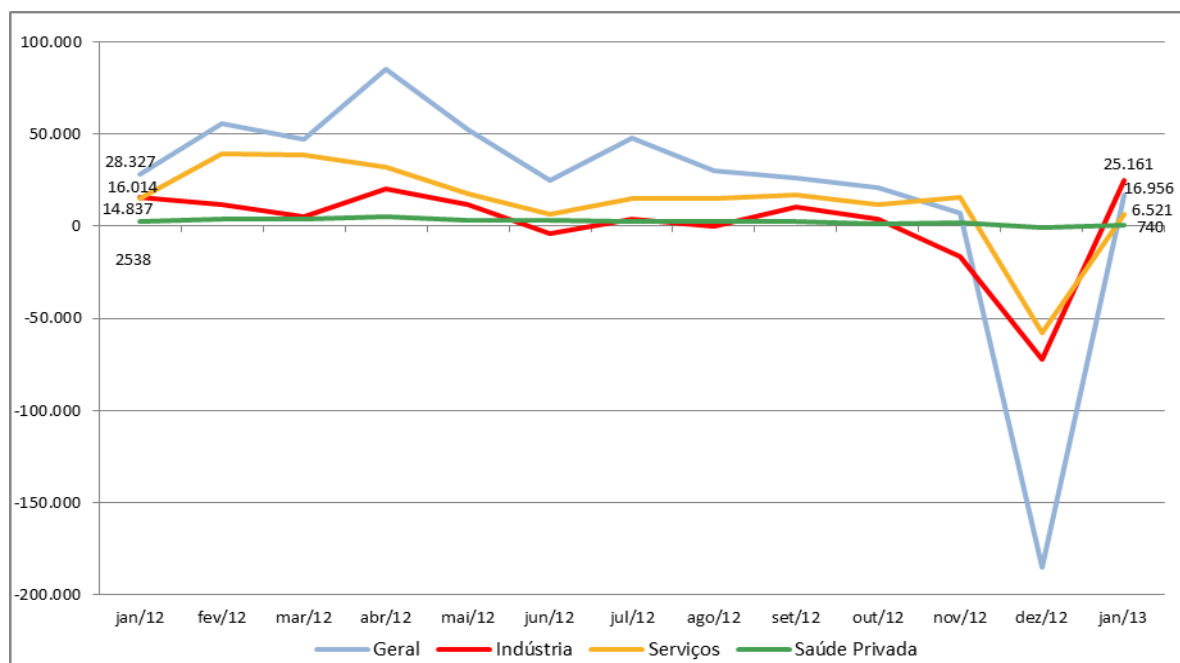
Mas se os juros não devem ser elevados, como a inflação será controlada? O governo tem dado indicações de que o controle dos preços será perseguido por meio de um conjunto de medidas alternativas. Neste sentido, no último dia 08 de março, foram zerados os impostos federais incidentes sobre a cesta básica, o que deve contribuir “na fonte” para uma atenuação do processo inflacionário dos alimentos. Evidentemente, a eficácia da medida só será real caso os empresários repassem esta queda de custo para o consumidor final. Outra possibilidade cortejada é a adoção de estoques reguladores para alimentos essenciais, o que permitiria a intervenção do Estado regulando variações bruscas no mercado de gêneros alimentícios. Ademais, não se deve esquecer dos impactos que, ao longo do ano, a redução das tarifas de energia elétrica produzirão, à medida que disseminarem a redução de custos na cadeia produtiva.

No mercado de trabalho paulista, os dados do CAGED indicam uma boa recuperação da geração de empregos em janeiro, após queda generalizada em dezembro de 2012. No total, foram criados 16,9 mil novos postos de trabalho no estado. O destaque ficou por conta do setor industrial

¹ Segundo o IBGE o PIB brasileiro cresceu apenas 0,9% em 2012, decepcionando até os analistas mais pessimistas.

que gerou 25,2 mil novas vagas, ficando acima da média geral. No setor de serviços, o saldo do emprego ficou em 6,5 mil novas vagas e na saúde privada foram abertos 740 novos postos de emprego formal (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Evolução do número de novas vagas de trabalho formal, por setor econômico
Estado de São Paulo, janeiro/2011 a janeiro/2012



Fonte: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Em janeiro, saúde privada de São Paulo abre 740 novos empregos. Desempenho da capital supera a média do estado.

Em janeiro de 2013, o setor de saúde privada paulista registrou um aumento de 740 novas vagas de trabalho com carteira assinada. Este resultado repõe, quase completamente, o volume de emprego perdido em dezembro (773 vagas). Embora o saldo do emprego compense o resultado negativo do mês anterior, está muito aquém dos 2.538 postos de trabalhos criados em janeiro de 2012.

Este desempenho do emprego formal teve fortes variações no estado, de maneira que dependendo do município, o resultado foi mais ou menos favorável que a média do estado. A cidade de São Paulo, por exemplo, registrou um crescimento de 824 vagas na saúde, saldo

superior à média estadual. Na outra ponta, o município de Santo André registrou o pior desempenho, com redução de 134 postos de trabalho (Tabela 1).

TABELA 1
Desempenho na movimentação do emprego no setor de saúde privada
Municípios paulistas, janeiro de 2013

Posição	Municípios	Admitidos	Desligados	SALDO
AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS				
1ª	São Paulo	6.422	5.598	824
2ª	Santana de Parnaíba	89	15	74
3ª	São José dos Campos	353	289	64
4ª	Indaiatuba	117	70	47
5ª	Salto	54	25	29
6ª	São José do Rio Preto	293	264	29
REDUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS				
1ª	Santo André	303	437	-134
2ª	Jandira	2	134	-132
3ª	Barueri	198	278	-80
4ª	Conchas	1	68	-67
5ª	Bragança Paulista	32	60	-28

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽¹⁾ CNAE 2.0, classes 65502; 86101; 86216; 86224; 86305; 86402; 86500; 86607; 86909; 87115; 87123; 87204 e 87301.

Em 12 meses, a saúde privada paulista criou 30.813 novos postos de trabalho, 5,51% menos que o registrado nos 12 meses imediatamente anteriores.

Em janeiro de 2013, apenas cinco das 17 bases sindicais acompanhadas apresentaram retração do emprego. O melhor resultado foi observado na base do SINSAÚDE São Paulo, correspondendo a 840 novas vagas, e, o pior desempenho na base do Sindicato da Saúde de Sorocaba, equivalendo à perda de 25 empregos no saldo. Entre os sindicatos filiados à Federação da Saúde, o melhor resultado foi apurado na base do Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto, correspondendo a 64 novas vagas (Tabela 2).

TABELA 2
Movimentação do emprego no setor de saúde privada
Estado de São Paulo e base territorial de sindicatos selecionados, janeiro de 2013

Bases Territoriais	Janeiro/13			ANO (Janeiro)			12 MESES		
	Admitidos	Desligados	SALDO	Admitidos	Desligados	SALDO	Admitidos	Desligados	SALDO
SINSAÚDE Campinas	2.252	2.242	10	2.252	2.242	10	27.742	25.544	2.198
SINSAÚDE Ribeirão Preto	769	731	38	769	731	38	9.589	8.563	1.026
SINSAÚDE Araçatuba	187	175	12	187	175	12	2.268	1.749	519
Sindicato da Saúde de Rio Claro	101	80	21	101	80	21	1.001	917	84
Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto	589	525	64	589	525	64	6.625	5.749	876
Sindicato da Saúde de Sorocaba	489	514	-25	489	514	-25	6.038	5.499	539
Sindicato da Saúde de Piracicaba	316	338	-22	316	338	-22	3.703	3.430	273
Sindicato da Saúde de Jaú	113	115	-2	113	115	-2	1.754	1.550	204
SINSAÚDE Franca	138	117	21	138	117	21	1.634	1.488	146
Sindicato da Saúde de Bauru	203	187	16	203	187	16	2.647	2.512	135
Sindicato da Saúde de Presidente Prudente	187	161	26	187	161	26	1.828	1.614	214
SINTRASAÚDE Santos	423	420	3	423	420	3	5.092	4.407	685
SINDSAÚDE São José dos Campos	665	668	-3	665	668	-3	8.154	7.099	1.055
Sindicato da Saúde do ABC ²	433	393	40	433	393	40	6.172	4.912	1.260
Sindicato da Saúde de Guarulhos ²	343	335	8	343	335	8	4.311	3.663	648
Sindicato da Saúde de São Carlos ²	43	64	-21	43	64	-21	884	781	103
SINSAÚDE São Paulo ²	6.851	6.011	840	6.851	6.011	840	93.416	74.279	19.137
Outros Municípios ³	1.024	1.378	-354	1.024	1.378	-354	15.820	14.097	1.723
Estado de São Paulo	15.038	14.298	740	15.038	14.298	740	197.827	167.014	30.813

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

(¹) CNAE 2.0, classes 65502; 86101; 86216; 86224; 86305; 86402; 86500; 86607; 86909; 87115; 87123; 87204 e 87301.

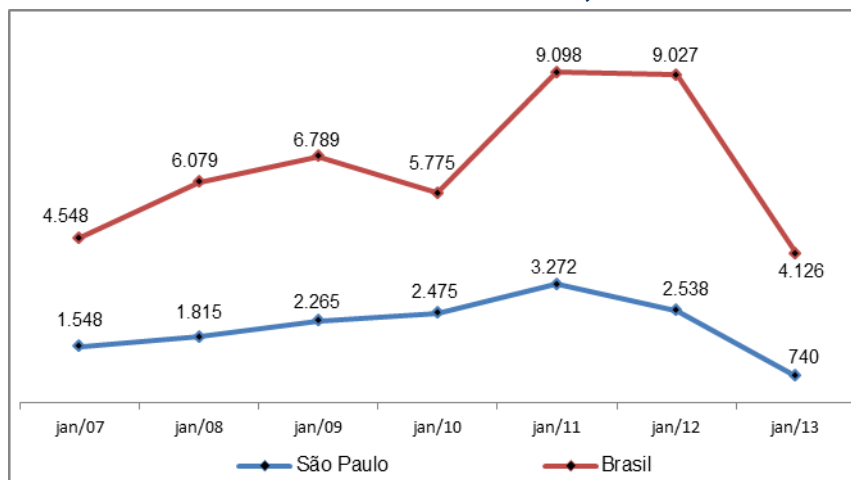
(²) Não filiado à Federação da Saúde do Estado de São Paulo.

(³) Municípios paulistas não inclusos em nenhuma das bases sindicais.

Número de novas contratações na saúde privada segue caindo. Saldo do emprego de janeiro é o pior desde o início da série em 2007.

Os 740 novos postos de trabalho formal abertos, na saúde privada do estado de São Paulo, em janeiro de 2013, constituem o pior resultado já registrado para um mês de janeiro, desde o início da série em 2007. No conjunto do país, de maneira semelhante, as 4.126 novas vagas, são o resultado mais baixo do período. Este já é segundo ano seguido com quedas no saldo de emprego no mês de janeiro (Gráfico 2).

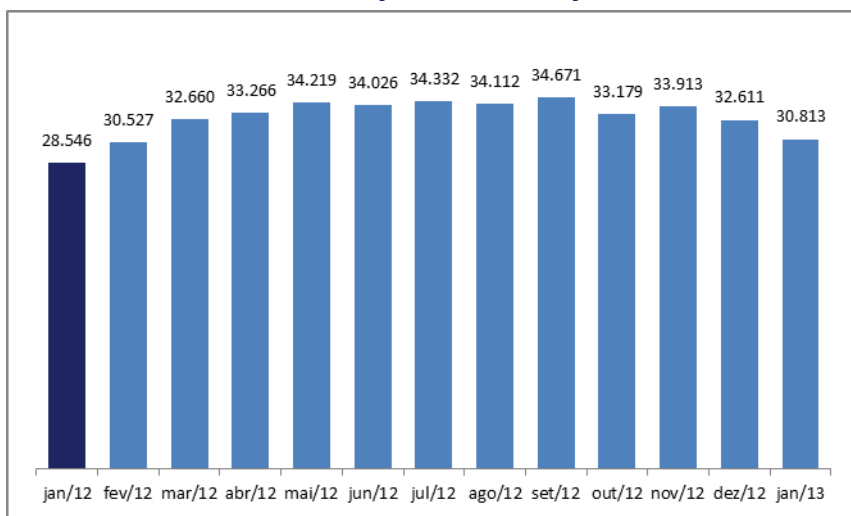
GRÁFICO 2
Saldo do emprego no setor de saúde privada em janeiro
Estado de São Paulo e Brasil, 2007 a 2013



Fonte: MTE, CAGED
 Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Em janeiro, o saldo do emprego na saúde privada acumulado em 12 meses² significou a geração de 30.813 novas vagas. Houve, portanto, uma queda de 5,5% no número de novas vagas na comparação com o resultado de dezembro. Esta já é a segunda queda consecutiva para este tipo de comparação, e trata-se do pior resultado desde fevereiro de 2012. Na comparação com janeiro de 2012 houve crescimento do emprego, da ordem de 7,9% (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Geração de empregos na saúde privada
Acumulado em 12 meses
Estado de São Paulo, janeiro/2012 a janeiro/2013

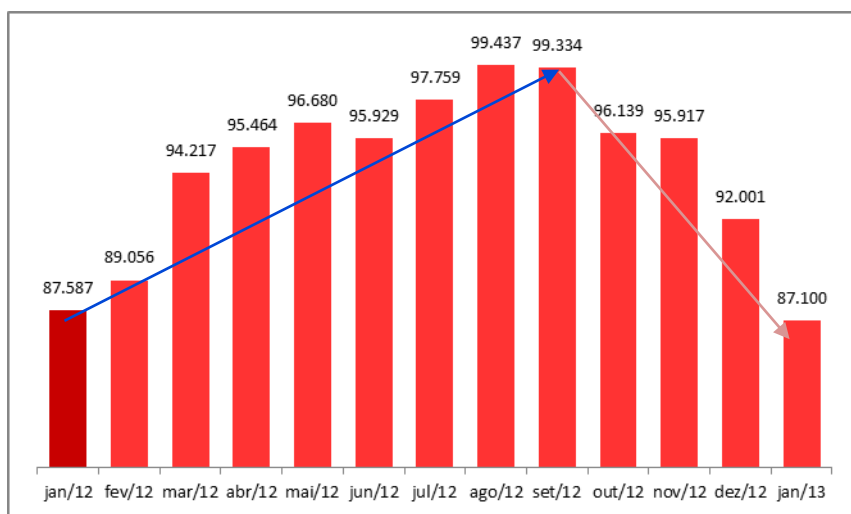


Fonte: MTE, CAGED
 Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.
 Nota: indicado pelo mês que encerra o período de 12 meses

² O saldo do emprego acumulado em 12 meses é apontado pelo mês que encerra o período de 12 meses.

No conjunto do país, o saldo do emprego em 12 meses, findos em janeiro, foi de 87.100 novas vagas. Houve uma redução de 5,3% na comparação com dezembro, a quinta consecutiva para este tipo de comparação, indicando um arrefecimento claro do dinamismo do mercado de trabalho no setor de saúde nacional. Na comparação com janeiro de 2012, houve queda de 0,6% no número de novos postos de trabalho (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Geração de empregos na saúde privada
Acumulado em 12 meses
Brasil, janeiro/2012 a janeiro/2013



Fonte: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Nota: indicado pelo mês que encerra o período de 12 meses

A análise dos dados acumulados em 12 meses faz ascender o sinal amarelo, já que constata irrefutável perda de dinamismo na geração de empregos, a partir de setembro de 2012. Entretanto, é preciso considerar que 2012 foi um ano de dinamismo excepcional para o mercado de trabalho da saúde privada nacional. O saldo de emprego mensal beirou as 100 mil novas contratações nos melhores meses do ano, enquanto a média da série histórica é de 73,7 mil novas vagas. Deste modo, apesar do alerta, é preciso aguardar os resultados dos próximos meses para conclusões mais assertivas.

Remuneração média dos admitidos na saúde privada fica em R\$ 1.506,88, em janeiro. Massa salarial encolhe R\$ 861,8 mil.

A **massa salarial**³ gerada pela diferença entre os salários dos admitidos e os salários dos desligados, no setor de saúde privada paulista, foi negativa em janeiro, indicando que o volume de salários gerados com as admissões do mês foi inferior ao volume perdido com as demissões. Desta forma, a massa salarial encolheu R\$ 861,8 mil no mês. Nos últimos dois meses, a massa salarial recuou cerca de R\$ 3,9 milhões (Tabela 3).

TABELA 3

Diferença entre Massa salarial de admitidos e desligados e relação entre salários (em R\$)

Estado de São Paulo e base territorial de sindicatos selecionados, janeiro/12 e janeiro/13

Base Territorial	Massa Salarial Adm (-) Deslig		Relação Salários Adm/Deslig.
	janeiro/2012	janeiro/2013	
SINSAÚDE Campinas	-48.086	-108.865	0,96
SINSAÚDE Ribeirão Preto	169.080	-62.605	0,88
SINSAÚDE Araçatuba	28.689	-9.228	0,90
Sindicato da Saúde de Rio Claro	32.024	34.896	1,14
Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto	241.006	12.686	0,91
Sindicato da Saúde de Sorocaba	11.122	-42.928	0,97
Sindicato da Saúde de Piracicaba	24.238	-120.472	0,77
Sindicato da Saúde de Jaú	19.134	-8.710	0,94
SINSAÚDE Franca	9.028	23.319	1,01
Sindicato da Saúde de Bauru	43.836	-60.919	0,70
Sindicato da Saúde de Presidente Prudente	-26.903	-27.900	0,75
SINTRASAÚDE Santos	-39.178	-108.619	0,82
SINDSAÚDE São José dos Campos	-40.010	-15.279	0,99
Sindicato da Saúde do ABC ²	21.314	-34.630	0,85
Sindicato da Saúde de Guarulhos ²	21.844	-83.746	0,81
Sindicato da Saúde de São Carlos ²	-10.456	-28.985	0,85
SINSAÚDE São Paulo ²	2.308.460	576.420	0,92
Outros Municípios ³	-301.063	-1.032.900	0,83
Estado de São Paulo	2.422.316	-861.882	0,92

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽¹⁾ CNAE 2.0, classes 65502; 86101; 86216; 86224; 86305; 86402; 86500; 86607; 86909; 87115; 87123; 87204 e 87301.

⁽²⁾ Não filiado à Federação da Saúde do Estado de São Paulo.

⁽³⁾ Municípios paulistas não incluídos em nenhuma das bases sindicais.

⁽⁴⁾ Em reais de janeiro de 2013, segundo o INPC-IBGE.

⁽⁵⁾ A cor vermelha indica redução da massa salarial

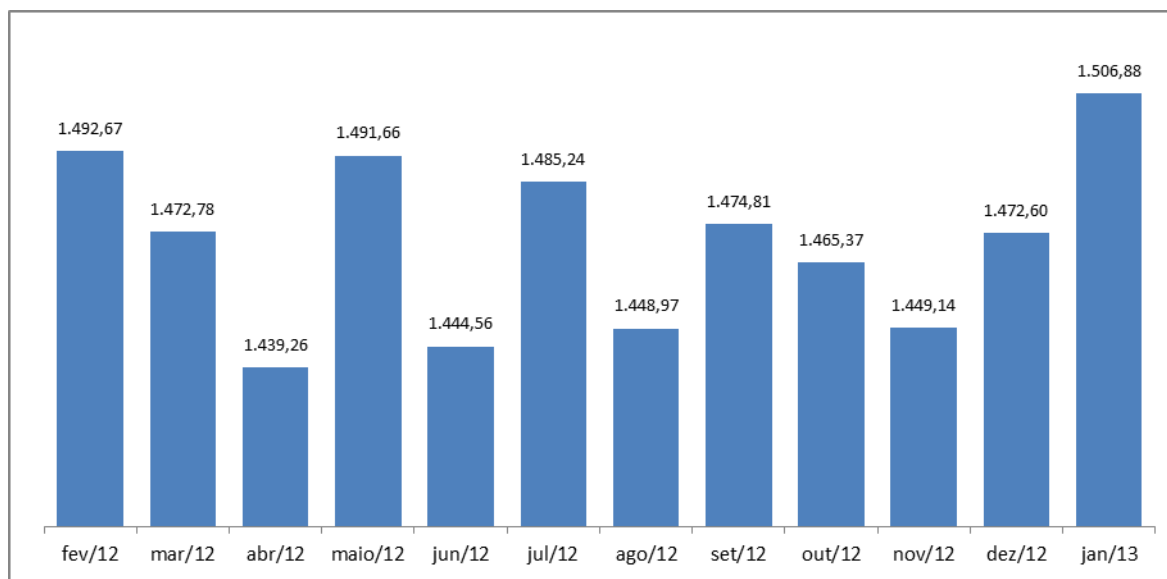
³ A **massa salarial** representa o volume de salários recebidos pelos trabalhadores (salário médio multiplicado pelo número de admitidos – massa salarial de admissão – ou pelo número de desligados – massa salarial de desligamento). A diferença entre a massa salarial de admissão e de desligamento mostra o volume a mais de salários que foram gerados em um período específico.

Das 17 bases sindicais acompanhadas por este boletim, apenas quatro tiveram aumento de massa salarial: SINSAÚDE São Paulo, Sindicato da Saúde de Rio Claro, SINSAÚDE Franca e Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto. A maior perda de massa salarial ocorreu na base do Sindicato da Saúde de Piracicaba, uma retração de R\$ 120,4 mil.

A remuneração média dos admitidos no setor, em janeiro, correspondeu a apenas 92% da remuneração média dos desligados. Nas bases sindicais do Sindicato da Saúde de Rio Claro e do SINSAÚDE Franca a remuneração média dos admitidos foi maior que a remuneração média dos desligados.

Embora a massa salarial tenha sido negativa e a remuneração dos admitidos tenha ficado abaixo da dos desligados, em janeiro, a remuneração média dos admitidos na saúde privada paulista foi a maior dos últimos 12 meses, correspondendo a R\$ 1.506,88. Esse resultado representa um crescimento de 2,3% em relação a dezembro (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Remuneração média real dos admitidos na saúde privada
Estado de São Paulo, fevereiro de 2012 a janeiro de 2013



Fonte: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE Subseção Fed. dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Nota: em reais de fevereiro de 2013 pelo INPC-IBGE.

Em janeiro, “Receptionistas” foi a ocupação com maior participação no saldo de emprego. Apenas seis ocupações respondem por 97,3% das novas vagas.

A ocupação “Técnicos e auxiliares de enfermagem”, mais uma vez, apresentou a maior participação na movimentação do emprego, respondendo, em janeiro, por 21,1% das admissões e 21,8% dos desligamentos, resultando em 51 novas vagas de trabalho no conjunto do estado. Entretanto, as ocupações com maior participação no saldo do emprego foram “Receptionistas” e “Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Aux. Administrativos”, com 193 e 136 novas vagas respectivamente.

Do conjunto das seis ocupações com maior participação no saldo, apenas duas pertencem à área fim da prestação de serviços de saúde, três pertencem à área administrativa e uma à área de apoio. Esta composição indica que as ocupações especializadas, de maior remuneração, tiveram pouca participação nos empregos criados em janeiro, o que ajuda a explicar a queda da massa salarial no mês. O conjunto das seis ocupações com maior participação no saldo do emprego respondeu, em janeiro, por 97,3% das novas vagas. (Tabela 4).

TABELA 4
Ocupações com maior participação na movimentação e no saldo de empregos
Estado de São Paulo, janeiro de 2013

Ocupações Ranking de participação por Admissões e Desligamentos	Admitidos		Desligados		Saldo
	nº	(%)	nº	(%)	
Total	15.038	100,0	14.298	100,0	740
1º Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	3.173	21,1	3.122	21,8	51
2º Receptionistas	2.221	14,8	2.028	14,2	193
3º Escriturários em Geral, Agentes, Assist. e Aux. Administrativos	1.925	12,8	1.789	12,5	136
4º Enfermeiros de Nível Superior e Afins	836	5,6	775	5,4	61
5º Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	733	4,9	630	4,4	103
6º Médicos Clínicos	619	4,1	535	3,7	84
Ranking de participação por Saldo	nº	(%)	nº	(%)	Saldo
Total	15.038	100,0	14.298	100,0	740
1º Receptionistas	2.221	14,8	2.028	14,2	193
2º Escriturários em Geral, Agentes, Assist. e Aux. Administrativos	1.925	12,8	1.789	12,5	136
3º Técnicos em Equipamentos Médicos e Odontológicos	257	1,7	140	1,0	117
4º Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	733	4,9	630	4,4	103
5º Operadores de Telemarketing	413	2,7	326	2,3	87
6º Médicos Clínicos	619	4,1	535	3,7	84

Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

ATUALIZAÇÃO DOS PISOS DA ENFERMAGEM EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL – PL 4.924/2009

Piso salarial do Técnico de Enfermagem já seria de R\$ 2.917,41 segundo PL nº 4.924/2009

Desde março de 2009 tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.924/09, que fixa o piso salarial para Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras. O texto prevê que, aprovada a lei, os pisos deverão ser corrigidos pela Inflação acumulada no período, medida pelo INPC-IBGE. A Tabela a seguir apresenta o cálculo de atualização monetária dos pisos da enfermagem, na hipótese de o PL nº 4.924/09 ser aprovado em março de 2013.

TABELA 5
Atualização monetária dos pisos da enfermagem, PL nº 4.924/2009
INPC-IBGE acumulado no período de março de 2009 a fevereiro de 2013: 25,48%

FUNÇÕES	Piso Salarial em:	
	Março/09	Março/13
ENFERMEIRO	R\$ 4.650,00	R\$ 5.834,82
TÉCNICO DE ENFERMAGEM ¹	R\$ 2.325,00	R\$ 2.917,41
AUXILIAR DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS ²	R\$ 1.860,00	R\$ 2.333,93

Fonte: PL 4.921/2009; INPC-IBGE

Elaboração: DIEESE. Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Notas : (1) corresponde a 50% do piso do enfermeiro; (2) corresponde a 40% do piso do enfermeiro.

ESTÁGIO DE TRAMITAÇÃO DO PL 4.924/2009

Atualmente, o PL 4.924/2009 encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, aguardando o parecer do relator, o Dep. Alfredo Kaefter (PSDB-PR). Caso o parecer seja favorável e o PL aprovado pela CFT, o texto deve seguir para votação no Plenário da Câmara. Originalmente, não havia a previsão de análise pela CFT, mas essa foi requerida pelo Dep. Vicente Cândido (PT-SP) em 09 de outubro de 2012⁴.

⁴(Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=427859> Consulta em 12 de março de 2013).

A COMPANHAMENTO DAS PERDAS SALARIAIS

Categorias com data-base em 1º de março precisam de reajuste de 6,77% para repor as perdas com a Inflação

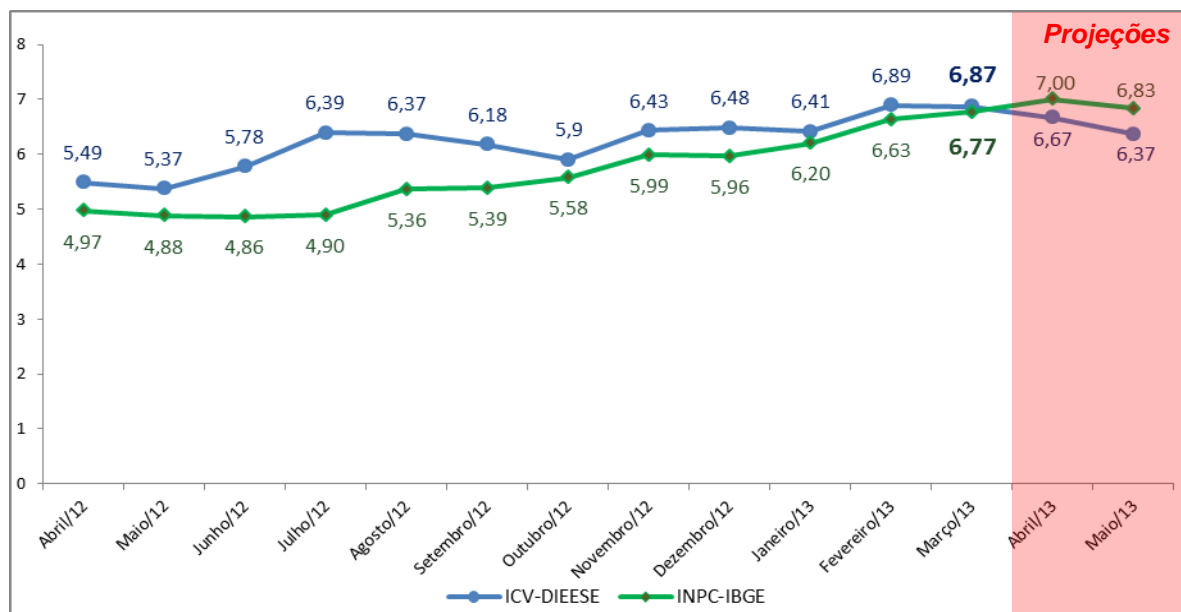
As categorias com data-base em 1º de março devem ficar atentas para que os reajustes negociados sejam suficientes para, no mínimo, repor as perdas salariais decorrentes da Inflação dos últimos 12 meses. Confira abaixo o cálculo das perdas salariais em função do Índice do Custo de Vida – ICV/DIEESE e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

DEMONSTRATIVO DAS PERDAS SALÁRIAS								
Data-Base: 1º de Março					(Base 01-março-12=100)			
Mês/Ano	ICV-DIEESE		Salário Real	Perda Mensal	INPC-IBGE		Salário Real	Perda Mensal
	Mensal	Índice			Mensal	Índice		
mar-12	0,59%	100,59	99,41	-0,59%	0,18%	100,18	99,82	-0,18%
abr-12	0,68%	101,28	98,74	-1,26%	0,64%	100,82	99,19	-0,81%
maio-12	0,43%	101,71	98,32	-1,68%	0,55%	101,38	98,64	-1,36%
jun-12	0,23%	101,95	98,09	-1,91%	0,26%	101,64	98,39	-1,61%
jul-12	0,42%	102,38	97,68	-2,32%	0,43%	102,08	97,97	-2,03%
ago-12	0,20%	102,58	97,48	-2,52%	0,45%	102,54	97,53	-2,47%
set-12	0,42%	103,02	97,07	-2,93%	0,63%	103,18	96,92	-3,08%
out-12	0,81%	103,85	96,29	-3,71%	0,71%	103,91	96,23	-3,77%
nov-12	0,57%	104,44	95,75	-4,25%	0,54%	104,48	95,72	-4,28%
dez-12	0,43%	104,89	95,34	-4,66%	0,74%	105,25	95,01	-4,99%
jan-13	1,77%	106,75	93,68	-6,32%	0,92%	106,22	94,15	-5,85%
fev-13	0,12%	106,87	93,57	-6,43%	0,52%	106,77	93,66	-6,34%
Reajuste Necessário em 1º de março de 2012				6,87%	Reajuste Necessário em 1º de março de 2012			6,77%

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

O Gráfico 6, a seguir, mostra a evolução do reajuste necessário para repor as perdas inflacionárias na data-base dos últimos 12 meses, bem como apresenta as projeções estatísticas do DIEESE para o reajuste necessário na data-base de abril e maio de 2013, trata-se de uma estimativa no intuito de permitir o planejamento das categorias com negociação nos próximos meses.

GRÁFICO 6
Evolução dos reajustes necessários para repor a inflação por data-base, em (%)
ICV-DIEESE e INPC-IBGE, abril/2012 a maio/2013



Fonte: DIEESE.

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

ÍNDICES ECONÔMICOS / FINANCEIROS

Referência: Fevereiro/2013

Índices	Mês	Trimestre	Ano	Últimos 12 meses
ICV DIEESE - Geral	0,12%	2,33%	1,89%	6,87%
ICV DIEESE - Estrato 1	-0,38%	1,71%	1,22%	7,28%
ICV DIEESE - Estrato 2	-0,04%	2,03%	1,56%	6,85%
ICV DIEESE - Estrato 3	0,30%	2,59%	2,18%	6,74%
INPC IBGE	0,52%	2,20%	1,44%	6,77%
IPCA IBGE	0,60%	2,27%	1,47%	6,31%
IPC FIPE	0,22%	2,16%	1,37%	5,91%
IGP-M FGV	0,29%	1,32%	0,63%	8,29%
IGP-DI FGV	0,20%	1,17%	0,51%	8,24%

Alimentação no ICV DIEESE e no INPC IBGE / Cesta Básica

Índices	Mês	Trimestre	Ano	Últimos 12 meses
ICV DIEESE - Alimentação Geral	0,71%	3,55%	2,60%	12,34%
ICV DIEESE - Alimentação Fora do Domicílio	1,07%	2,51%	1,64%	10,76%
INPC IBGE - Alimentação Geral	1,59%	4,90%	3,72%	12,54%
INPC IBGE - Alimentação Fora do Domicílio	1,06%	3,08%	2,26%	10,27%
	Valor	Mês	Ano	Últimos 12 meses
Cesta Básica - São Paulo	R\$ 326,59	2,57%	7,11%	18,10%

Salário Mínimo Nacional e Salário Mínimo Necessário

	Fevereiro/13	Janeiro/13	Dezembro/12	Novembro/12
Salário Mínimo Nacional	R\$ 678,00	R\$ 678,00	R\$ 622,00	R\$ 622,00
Salário Mínimo Necessário - DIEESE	R\$ 2.743,69	R\$ 2.674,88	R\$ 2.561,47	R\$ 2.514,09
SM Necessário / SM Nacional	4,05	3,95	4,12	4,04

Piso Salarial Estado de São Paulo

	Faixa I	Faixa II	Faixa III	
Vigência a partir de 01/03/2012	R\$ 690,00	R\$ 700,00	R\$ 710,00	-
Vigência a partir de 01/02/2013	R\$ 755,00	R\$ 765,00	R\$ 775,00	-
Reajuste Nominal	9,42%	9,29%	9,15%	-
Reajuste Real (desconta Inflação INPC-IBGE)	3,01%	2,89%	2,76%	-

ANEXO I

Base Territorial dos Sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

SINSAÚDE Campinas – 136 Municípios

Adamantina, Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Álvaro de Carvalho, Americana, Amparo, Araras, Araraquara, Arco Íris, Artur Nogueira, Atibaia, Bastos, Borborema, Bragança Paulista, Brejo Alegre, Buritama, Cabreúva, Cafelândia, Cajamar, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Conchal, Conchas, Cosmópolis, Dracena, Elias Fausto, Elisiário, Espírito Santo do Pinhal, Echaporã, Floreal, Flórida Paulista, Fernão, Francisco Morato, Gavião Peixoto, Gália, Garça, Guaimbê, Getulina, Guzolândia, Herculândia, Hortolândia, Ibaté, Ibitinga, Indaiatuba, Irapuã, Itápolis, Itapira, Itapura, Itatiba, Itu, Itupeva, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Jarínú, Joanópolis, Júlio Mesquita, Jundiá, Jaguariúna, Junqueirópolis, Lavínia, Lindóia, Louveira, Lucélia, Limeira, Lourdes, Luziânia, Leme, Macaúbal, Magda, Marília, Monte Alegre do Sul, Monte Castelo, Monte Mór, Morungaba, Mogi-Guaçu, Mogi Mirim, Nipoã, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Europa, Nova Guataporanga, Nova Luzitânia, Novo Horizonte, Nova Odessa, Oriente, Osvaldo Cruz, Paulicéia, Paulínia, Panorama, Parapuã, Pacaembú, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Pirajú, Planalto, Pirassununga, Piacatú, Pompéia, Porto Feliz, Quintana, Queiróz, Rafard, Rinópolis, Rubiácea, Sabino, Salto, Salmorão, Santa Mercedes, São João do Pau 'Alho, Santa Cruz da Conceição, Santa Fe do Sul, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio da Posse, São João da Boa Vista, São Roque da Fatura, São Sebastião da Gramma, Santópolis do Aguapeí, Socorro, Serra Negra, Sumaré, Tupã, Três Fronteiras, Tuiuti, Tupi Paulista, Tabatinga, Ubarana, União Paulista, Urú, Várzea Paulista, Vera Cruz, Valinhos e Vinhedo.

Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto – 84 Municípios

Adolfo Pinto, Altinópolis, Álvares Florence, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Barretos, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Boraceia, Brodowski, Cajobi, Caconde, Cajuru, Cândido Rodrigues, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Cravinhos, Divinolândia, Dobrada, Dumont, Fernando Prestes, Guaira, Guaraci, Guariba, Guataparã, Ipiquã, Itobi, Itaóca, Jaborandi, Jaboticabal, Jardínópolis, Luis Antônio, Matão, Mendonça, Meridiano, Mococa, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Motuca, Novais, Nuporanga, Olímpia, Orlandia, Palmares Paulista, Parisi, Pitangueiras, Pontal, Porangaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Pradópolis, Ribeirão Preto, Rincão, Sales Oliveira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Sales, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São Sebastião Da Gramma, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Severina, Taiaçu, Taiúva, Tambaú, Taquaral, Taquaritinga, Terra Roxa, Valentim Gentil, Vargem Grande do Sul, Viradouro, Vista Alegre do Alto e Vitória Brasil.

Sindicato da Saúde de Araçatuba – 35 Municípios

Araçatuba, Barbosa, Penápolis, Birigui, Rubiácea, Coroados, Gabriel Monteiro, Santópolis do Aguapeí, Murutinga do Sul, Andradina, Auriflama, Avanhandava, Bento de Abreu, Bilac, Castilho, Clementina, Gastão Vidigal, Glicério, Guaraçaí, Guararapes, Lavínia, Lins, Mirandópolis, Monções, Promissão, Valparaíso, Nova Independência, Palmeira D'Oeste, Pereira Barreto, Santo Antonio do Aracanguá, General Salgado, Ilha Solteira, Guaíçara, Piacatu e Queiróz.

Sindicato da Saúde de Rio Claro – 10 Municípios

Analândia, Charqueada, Corumbataí, Cordeirópolis, Descalvado, Iracemópolis, Itirapina, Ipeúna, Santa Gertrudes e Rio Claro.

Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto – 66 Municípios

Adolfo, Altair, Aparecida d'Oeste, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Buritama, Cajobi, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Dobrada, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Ibirá, Icém, Indaiatuba, Itajobi, Jaci, Jales, José Bonifácio, Macaúbal, Macedônia, Mendonça, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paraíso, Paranapuã, Paulo de Faria, Pedranópolis, Pindorama, Pirangi, Poloni, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Riolândia, Rubinéia, Sales, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, São João das Duas Pontes, São José do Rio Preto, Tabapuã, Tanabi, Turmalina, Uchoa, Urânia, Urupês e Votuporanga.

Sindicato da Saúde de Sorocaba – 44 Municípios

Alambari, Alumínio, Angatuba, Assis, Avaré, Bernardino de Campos, Buri, Cândido Mota, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Eldorado, Guareí, Ibirarema, Ibiúna, Ipaussu, Itaí, Itapetininga, Itatinga, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Mairinque, Manduri, Óleo, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Quatá, Registro, Salto de Pirapora, Santa Cruz do Rio Pardo, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sarutaiá, Sete Barras, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tejuapá e Votorantim.

Sindicato da Saúde de Piracicaba – 19 Municípios

Anhembi, Águas de São Pedro, Bofete, Boituva, Botucatu, Cesário Lange, Cerquilha, Conchas, Iperó, Laranjal Paulista, Pardinho, Pereiras, Piracicaba, Rio das Pedras, São Pedro, Santa Maria da Serra, Santa Barbara D'Oeste, Saltinho e Tietê.

Sindicato da Saúde de Jaú – 16 Municípios

Bariri, Barra Bonita, Boa esperança do Sul, Bocaina, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Igarapu do Tiete, Itapui, Jaú, Lençóis Paulista, Macatuba, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Manoel e Torrinha.

Sindicato da Saúde de Franca – 17 Municípios

Aramina, Buritzal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Rifaína, Ribeirão Corrente, Ipuã e São José da Bela Vista.

Sindicato da Saúde de Bauru – 9 Municípios

Bauru, Agudos, Arealva, Duartina, Iacanga, Guarantã, Pirajui, Piratininga e Presidente Alves.

Sindicato da Saúde de Presidente Prudente – 28 Municípios

Álvares Machado, Presidente Bernardes, Martinópolis, Santo Anastácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Ouro Verde, Caiuá, Piquerobi, Caiabú, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Mariápolis, Sagres, Indiana, Regente Feijó, Taciba, Pirapozinho, Tarabai, Narandiba, Estrela do Norte, Sandovalina, Flora Rica e Rancharia.

Sindicato da Saúde de Santos – 17 Municípios

Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Iguape, Cananéia, Pariqueira-Açu, Bertiooga, São Sebastião e Ilha Bela.

Sindicato da Saúde de São José dos Campos – 38 Municípios

Aparecida, Areias, Arujá, Bananal, Biritiba-Mirim, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Tremembé e Ubatuba.

Observações:

1) Dezoito Municípios aparecem na base de pelo menos dois Sindicatos diferentes. São eles: *Adolfo, Buritama, Cajobi, Conchas, Dobrada, Lavínia, Macauba, Mendonça, Piacatú, Pirajú, Porto Feliz, Queiróz, Rubiácea, Sales, Santa Fe do Sul, Santópolis do Aguapeí, São Roque e São Sebastião da Gramma.*

2) O número de Municípios das Bases Territoriais não é idêntico ao que aparece nos Estatutos Sociais dos respectivos Sindicatos, uma vez que nestes, são contabilizados também os Distritos.

ANEXO II

Base Territorial dos Sindicatos NÃO filiados à Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Sindicato da Saúde do ABC – 06 Municípios

Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Fonte: www.sindsaudeabc.org.br

Sindicato da Saúde de Guarulhos – 03 Municípios

Guarulhos, Itaquaquecetuba e Mairiporã.

Sindicato da Saúde de São Carlos – 02 Municípios

Ibaté e São Carlos.

SINSAÚDE São Paulo – 48 Municípios (inclui a Capital)

Alvinlândia, Anhumas, Apiaí, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Turvo, Bom Jesus dos Perdões, Borá, Caieiras, Campos Novos Paulistas, Capão Bonito, Coronel Macedo, Cruzália, Fartura, Ferraz de Vasconcelos, Florínea, Franco da Rocha, Guapiara, Iepê, Iporanga, Itai, Itapeva, Itatinga, Itaporanga, Itararé, João Ramalho, Lupércio, Lutécia, Maracai, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Ocaçu, Oscar Bressane, Pedra Bela, Pirapora do Bom Jesus, Platina, Poá, Ribeira, Riversul, Salto Grande, São Paulo, São Pedro do Turvo, Suzano, Taguai, Taquarituba, Taubaté, Timburi, Ubirajara.

Fonte: www.sinsaude.org.br

Obs.: Não inclui os distritos: Chavantes, Claraval, Ibiracema e Itaberaba.

Rua Aurora, 957 – República
CEP 01209-001 São Paulo, SP
Telefone (11) 3821-2140 / fax (11) 3821-2179
E-mail: ersp@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice-presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Clemente Ganz Lúcio – coordenador de pesquisas

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Escritório Regional São Paulo

Eliana Elias – Supervisora Técnica – eelias@dieese.org.br

Equipe Técnica Responsável

Luiz Fernando Alves Rosa – luizfernando@dieese.org.br

DIEESE - Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo